



DATA DA REUNIÃO: CATORZE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE A PARTIR DO ITEM NOVE, INCLUSIVE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de congratulação pela assunção de funções da 2ª Comandante dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, Rute Neves, com a fundamentação que consta das duas subsequentes folhas da presente ata.



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

(Rute Neves é a primeira mulher comandante de uma corporação de bombeiros)

Rute Neves assumiu, desde 3 de junho, as funções de 2.^a comandante dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, substituindo no cargo o antigo comandante Firmino Neto, que, por limite de idade, abandonou o lugar ao fim de quase 50 anos de serviço em prol da proteção e socorro da população do concelho de Santo Tirso.

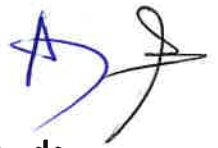
Aos 41 anos, 14 dos quais ao serviço dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, Rute Neves é a primeira mulher comandante de uma corporação de bombeiros do concelho, o que representa um marco histórico para o Município.

Santo Tirso é, aliás, um Município com provas dadas em matéria de igualdade de género, não apenas nas instituições públicas, como, por exemplo, a Câmara Municipal, que tem 75% de chefias do sexo feminino, mas também no movimento associativo e no tecido empresarial local.

A Câmara Municipal saúda Rute Neves pela nomeação para o cargo de 2.^a comandante dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso e deseja-lhe as maiores felicidades no exercício das novas funções.

Do bom desempenho da 2.^a comandante dos bombeiros “Vermelhos” depende também um eficaz socorro e proteção à população do concelho de Santo Tirso.

A Câmara Municipal felicita também os Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, pela coragem e visão de nomear para 2.^o comandante, pela primeira vez na sua história, uma mulher, depois de já ter sido a primeira corporação do concelho a admitir bombeiras no seu corpo de voluntários.



Pelo exposto, a Câmara Municipal propõe a aprovação de um **voto de congratulação** pela nomeação de Rute Neves para o cargo de 2.^a comandante e pela sua dedicação e empenho ao serviço da causa dos “soldados da paz”.

Do voto de congratulação, será dado conhecimento a Rute Neves, à Direção e ao comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, à Liga dos Bombeiros Portugueses, à Federação dos Bombeiros do Distrito do Porto, à Autoridade Nacional de Proteção Civil/CDOS Porto e à União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 14 de junho de 2017



[Handwritten signature in blue ink]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/JUNHO/2017 – ATA Nº 12

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 01/06/2017**
- 2 – Documentos de prestação de contas consolidadas – Gerência de 2016 (Artigo 75º da Lei 73/2013, de 03 de setembro): Aprovação**
- 3 – Processo de delimitação administrativa entre as freguesias de Vila das Aves, do concelho de Santo Tirso, e Lordelo, do concelho de Guimarães**
- 4 – Proposta de consolidação da mobilidade intercarreiras de nove assistentes técnicos para coordenadores técnicos**
- 5 – Abertura de concurso público internacional para formação de contrato de prestação de serviços para o fornecimento de refeições escolares – decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento**
- 6 – Projeto de Regulamento de Funcionamento do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves: Aprovação**
- 7 – Proposta de celebração de Protocolo de colaboração entre o município de Santo Tirso e a freguesia de Água Longa – Construção do edifício sede da freguesia**
- 8 – Aquisição de uma parcela de terreno com a área de 576,00 m² necessária à execução da obra denominada “Pavimentação do adro da Igreja e área circundante na Palmeira”**
- 9 – Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses – Constituição de uma Equipa de Intervenção Permanente: Ratificação**
- 10 – Celebração de Protocolo de Cooperação entre o município de Santo Tirso e a Escola Profissional Artística do Vale do Ave, tendo por objeto a realização do evento denominado “First Scenes”**
- 11 – Proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Vila Nova do Campo - “Festas da Vila / 2017”**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

- 12 – Proposta de atribuição de subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tomé de Negrelos – “Festa do Senhor”
- 13 - Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com Associação Avense – AA 78
- 14 – Celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a Federação Nacional de Futevólei – Portugal
- 15 – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com o Clube de Pesca de Roriz: Retificação da deliberação da câmara municipal de 20/04/2017 e da minuta de contrato anexa

Santo Tirso, 09 de junho de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

Nota: Foi retirado de reunião o assunto que consta do item cinco da presente Ordem do Dia, tendo-se procedido à renumeração dos assuntos na ata da reunião.



[Handwritten signature]

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 01/06/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia um do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, a senhora vice-presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



**2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS –
GERÊNCIA DE 2016 (ARTIGO 75º DA LEI 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO):
APROVAÇÃO.**-----

Presente informação do departamento de administrativo e financeiro, de nove do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil quinhentos e quinze, a remeter os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de dois mil e dezasseis, elaborados nos termos do n.º 7 do artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos de aprovação pela câmara municipal e apreciação da assembleia municipal, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 76º do mesmo diploma legal.-----

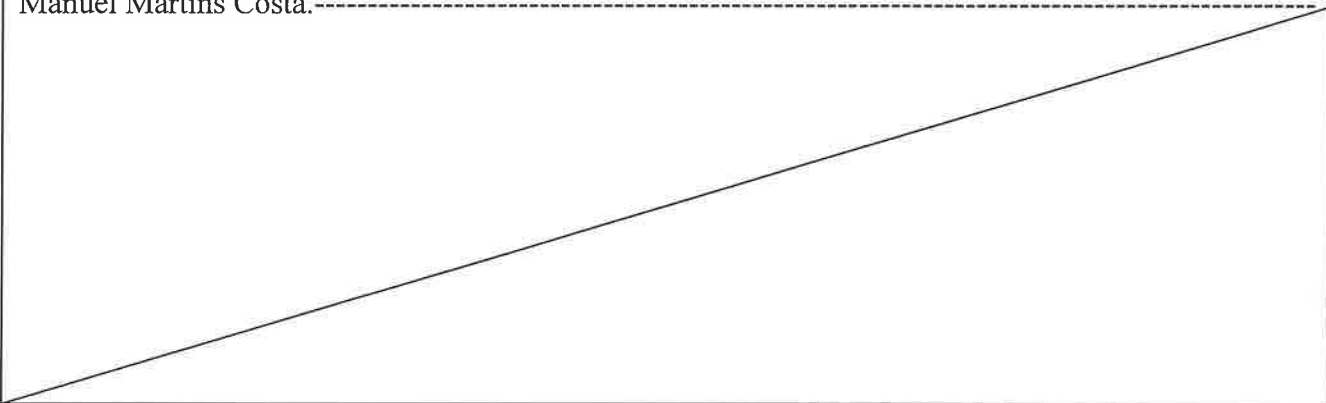
A senhora vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar os aludidos documentos de prestação de contas consolidadas e submeter à assembleia municipal para efeitos de apreciação.-----

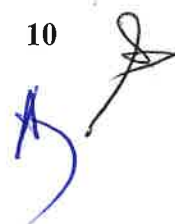
Os referidos documentos ficam anexos à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por cinquenta e nove páginas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com três votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPP/PSD.PPM, que fizeram a declaração de voto que consta da subsequente folha.-----

Não participou na discussão e votação deste assunto o senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa.-----





Reunião ordinária de 14 de junho de 2017
Prestação de Contas Consolidadas relativas à gerência de 2016
Declaração de Voto

Por força da liquidação da Fundação de Santo Thyrsó, as contas consolidadas do exercício de 2016 agregam somente as contas individuais do Município e da CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, CRL.

Tal como se observa nas demonstrações financeiras consolidadas, as contas da CAID têm uma relevância diminuta no perímetro de consolidação, tendo sido as contas individuais do Município determinantes em mais de 99% dos resultados alcançados. Portanto, não seria expectável que a prestação de contas consolidadas fosse agora muito diferente das contas individuais do Município reveladas em abril último.

Das contas consolidadas resulta um conjunto de indicadores que correspondem aos que já constam do relatório das contas municipais, pelo que, mantemos as considerações e os alertas registados na nossa declaração sobre a conta de gerência, votada no passado dia 20 de abril (ata nº 8, fl. 21).

Face ao exposto os vereadores eleitos pela coligação PSD/PPM mantêm o mesmo sentido de voto.

Santo Tirso, 14 de junho de 2017





3. PROCESSO DE DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA ENTRE AS FREGUESIAS DE VILA DAS AVES, DO CONCELHO DE SANTO TIRSO, E LORDELO, DO CONCELHO DE GUIMARÃES.-----

Presente ofício da junta de freguesia de Vila das Aves, de doze de abril último, registado com o número nove mil trezentos e cinquenta e quatro, a comunicar que a assembleia de freguesia de Vila das Aves, na sua sessão ordinária de oito do mesmo mês de abril, deliberou aprovar a alteração aos limites da CAOP 2016 entre as freguesias de Vila das Aves, do concelho de Santo Tirso, e Lordelo, do concelho de Guimarães.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, conforme informação de dezanove de maio findo, registada com o número três mil novecentos e oitenta e quatro, que remete o novo limite proposto entre as duas freguesias acima referidas, que foi acordado entre todas as entidades envolvidas (freguesias de Vila das Aves e de Lordelo e municípios de Santo Tirso e Guimarães), conforme memória descritiva e planta de delimitação que se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por treze folhas.-----

A senhora vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse concordar com a proposta de alteração à delimitação administrativa entre as freguesias de Vila das Aves, do concelho de Santo Tirso, e Lordelo, do concelho de Guimarães, e remeter à assembleia municipal para aprovação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



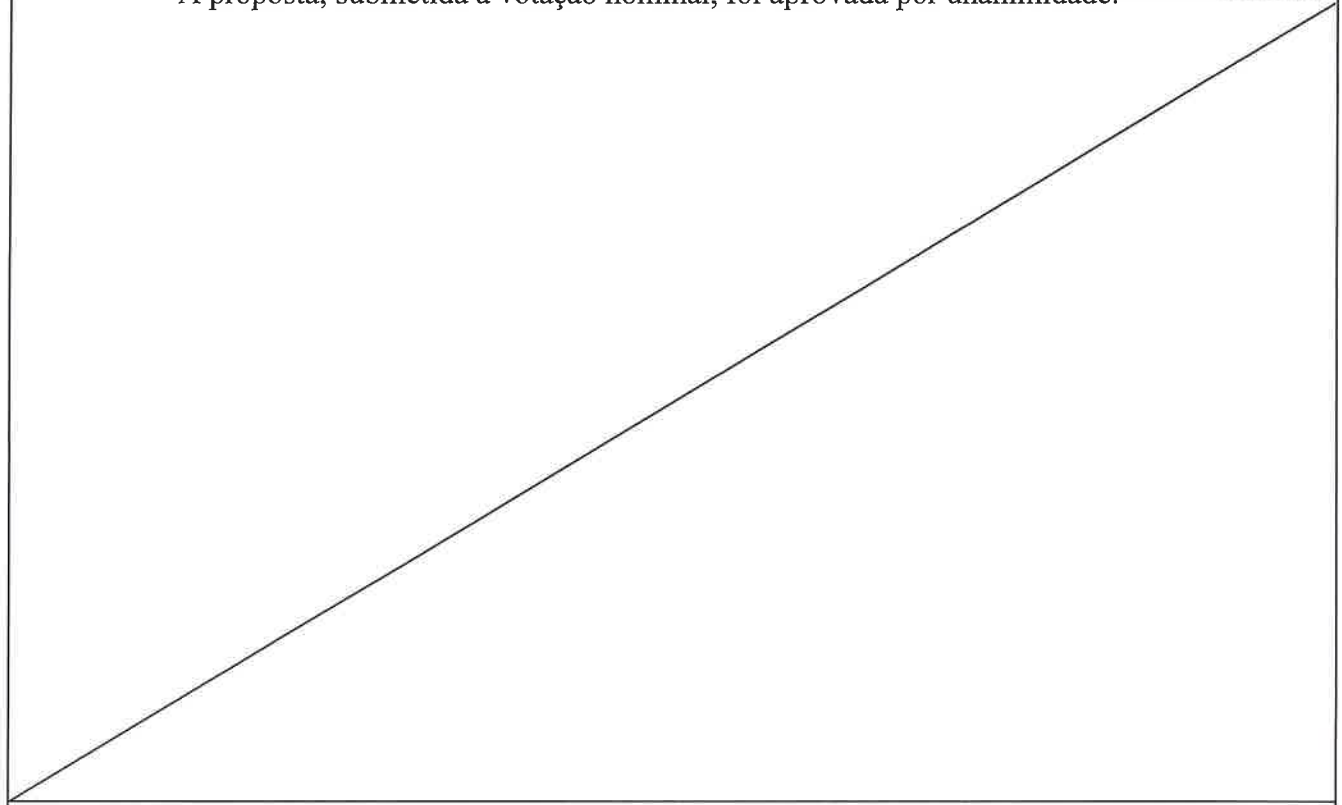


4. PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE INTERCATEGORIAS DE NOVE ASSISTENTES TÉCNICOS PARA A CATEGORIA DE COORDENADOR TÉCNICO.-----

Presente informação da Divisão de Recursos Humanos, de nove do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil quinhentos e um, a comunicar as situações de mobilidade intercategorias atualmente existentes no município que podem ser consolidadas definitivamente, de harmonia com o disposto no artigo 99º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo n.º 1 do artigo 270º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete.-----

A senhora vice-presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse consolidar definitivamente na categoria de coordenador técnico os trabalhadores identificados na referida informação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





5. PROJETO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO CULTURAL MUNICIPAL DE VILA DAS AVES: APROVAÇÃO.-----

Presente informação de vinte e três de maio findo, da Divisão de Património e Museus, registada com o número quatro mil e setenta, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e três de março último (item nove da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, que tem por objeto definir as condições de gestão, utilização e funcionamento do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, equipamento cultural instalado no prédio urbano identificado na aludida deliberação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, que tem doze folhas, rubricado pela vice-presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A natureza deste Regulamento, dispensa o mesmo de consulta pública, de harmonia com as disposições conjugadas da alínea d) do n.º 3 do artigo 100º e artigo 101º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.-----

A senhora vice-presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação do Regulamento municipal acima referido.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A FREGUESIA DE ÁGUA LONGA – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA FREGUESIA.-----

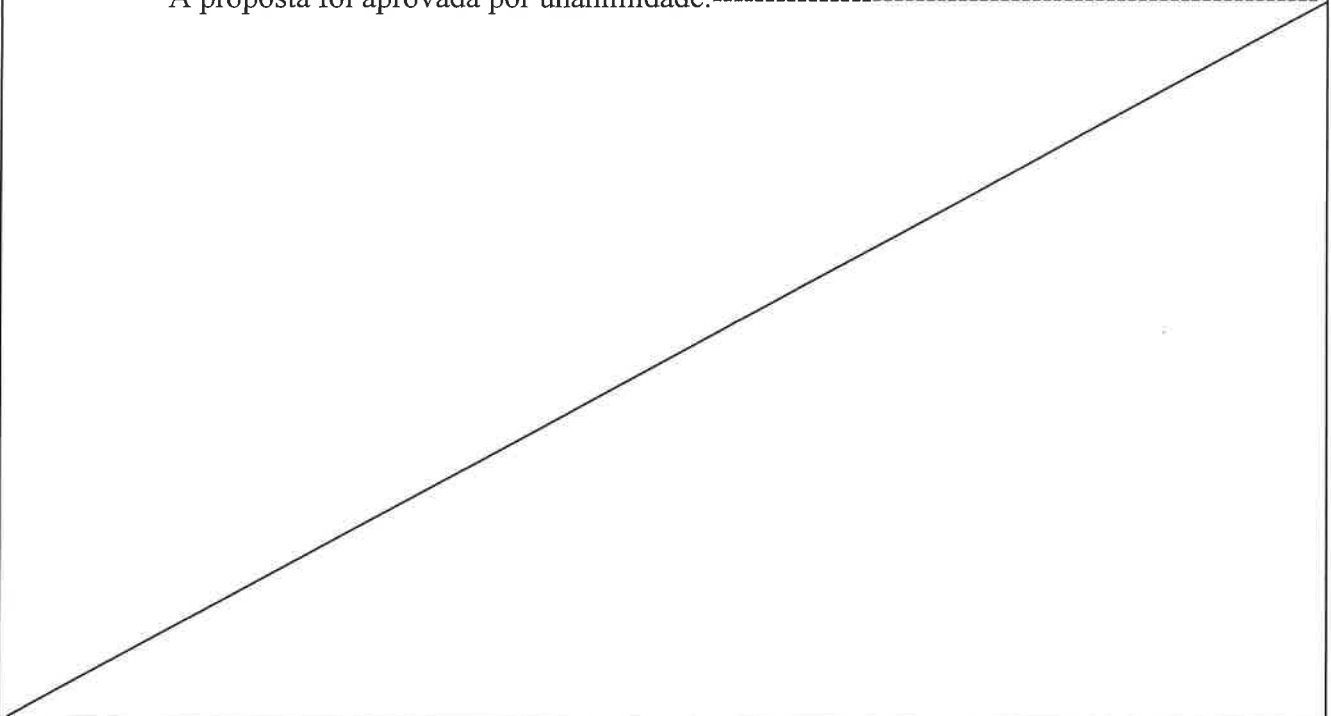
Presente informação da Divisão Jurídica, de sete do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil trezentos e cinquenta, a remeter proposta de Protocolo de colaboração entre o município de Santo Tirso e a freguesia de Água Longa, tendo por objeto estabelecer as condições de colaboração entre as partes com vista à construção de edifício para sede daquela freguesia.-----

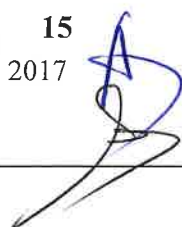
Pela senhora vice-presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o protocolo a celebrar se traduz num apoio à freguesia de Água Longa;

Considerando os pressupostos constantes da minuta de Protocolo junta à aludida informação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, proponho que a câmara municipal delibere aprovar a minuta do referido Protocolo, e remeter à assembleia municipal para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





7. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 576,00 M² NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “PAVIMENTAÇÃO DO ADRO DA IGREJA E ÁREA CIRCUNDANTE NA PALMEIRA”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de doze do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil quinhentos e sessenta, a comunicar o resultado das negociações efetuadas com a proprietária da parcela de terreno abaixo identificada, que se mostrou necessária para execução da obra acima referida.-----

Pela senhora vice-presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que a obra acima identificada está prevista no PPI para o ano em curso (Objetivo 2.4.2.; Projeto/ação 18/2002/I/98);-----

Considerando que o artigo 11º do Código das Expropriações impõe que, antes de requerer a declaração de utilidade pública, deve diligenciar-se no sentido de adquirir os bens pela via do direito privado;-----

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 29º do mesmo código, o município é obrigado a repor em condições idênticas às existentes as benfeitorias que venham a ser afetadas com a execução da obra, ou a pagar uma indemnização pelos danos nela causados;-----

Considerando que são aceitáveis as condições negociadas com a proprietária da parcela de terreno a seguir descrita, submeto à ratificação da câmara municipal o despacho do senhor presidente que aceitou as condições de aquisição da referida parcela de terreno nos seguintes termos:-

IDENTIFICAÇÃO DA PARCELA DE TERRENO.-----

Parcela de terreno, com a área de 576,00 m² (quinhentos e setenta e seis metros quadrados), sita no lugar da Igreja, freguesia de União das freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte com a Rua Santa Eulália, de sul com parte sobrance do prédio do qual é desanexada, de nascente com o Largo Comendador Albino de Sousa

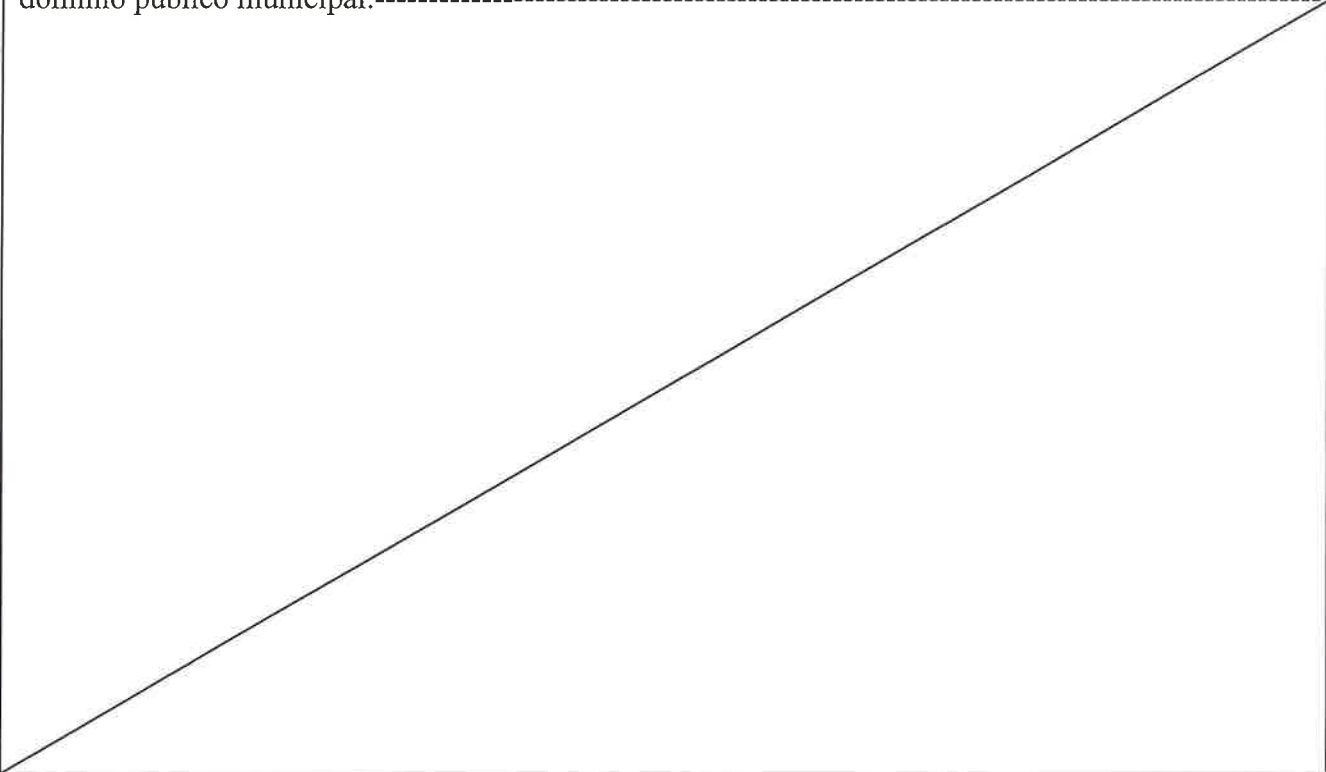


Cruz e de poente com a Rua Albino Sousa Cruz, a desanexar do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 421 (quatrocentos e vinte e um), constituído pelos atuais artigos 427 (quatrocentos e vinte e sete) rústico e 1487 (mil quatrocentos e oitenta e sete) urbano, sendo a parcela a desanexar na totalidade da parte rústica do prédio, melhor identificada a cor vermelha na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, propriedade da sociedade Pedra Fosca – Construção e Desenvolvimento Imobiliário, Lda.-----

A parcela de terreno é adquirida nas condições que constam da aludida informação jurídica, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais.-----

À parcela de terreno atrás descrita é atribuído o valor de 6.912,00 € (seis mil novecentos e dois euros).-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do presidente da câmara que aceitou as condições de aquisição da identificada parcela de terreno, para integração no domínio público municipal.-----





8. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS TIRSENSES, TENDO POR OBJETO REGULAR AS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE ELEMENTOS DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação da Proteção Civil, de vinte e sete de abril findo, registada com o número três mil setecentos e setenta e um, a remeter o Protocolo acima referido, assinado no dia quatro do mesmo mês de abril, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, composto por seis folhas.-----

Da execução do referido protocolo resulta uma despesa global para o município no montante de 88.471,80 (oitenta e oito mil quatrocentos e setenta e um euros e oitenta centimos), a repartir pelos anos económicos de 2017, 2018, 2019, 2020, sendo de 19.660,40 € (dezanove seiscientos sessenta euros e quarenta centimos) no ano de dois mil e dezassete; 29.490,60 € (vinte e nove mil quatrocentos e noventa euros sessenta centimos), em cada um dos anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove; e 9.830,20 € (nove mil oitocentos e trinta euros e vinte centimos), no ano económico de dois mil e vinte.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual ficou cativa a importância de 19.660,40 € (dezanove mil seiscientos e sessenta euros e quarenta centimos), relativa aos encargos a satisfazer no ano em curso, sendo o restante a cabimentar no início de cada um dos anos subsequentes de execução do protocolo, de acordo com a repartição de encargos atrás referida.-----

O compromisso inerente à execução do referido protocolo no ano económico em curso está registado no sistema de contabilidade com os números 2402/2017, de trinta de maio e 2529/2017, de doze do corrente mês de junho.-----

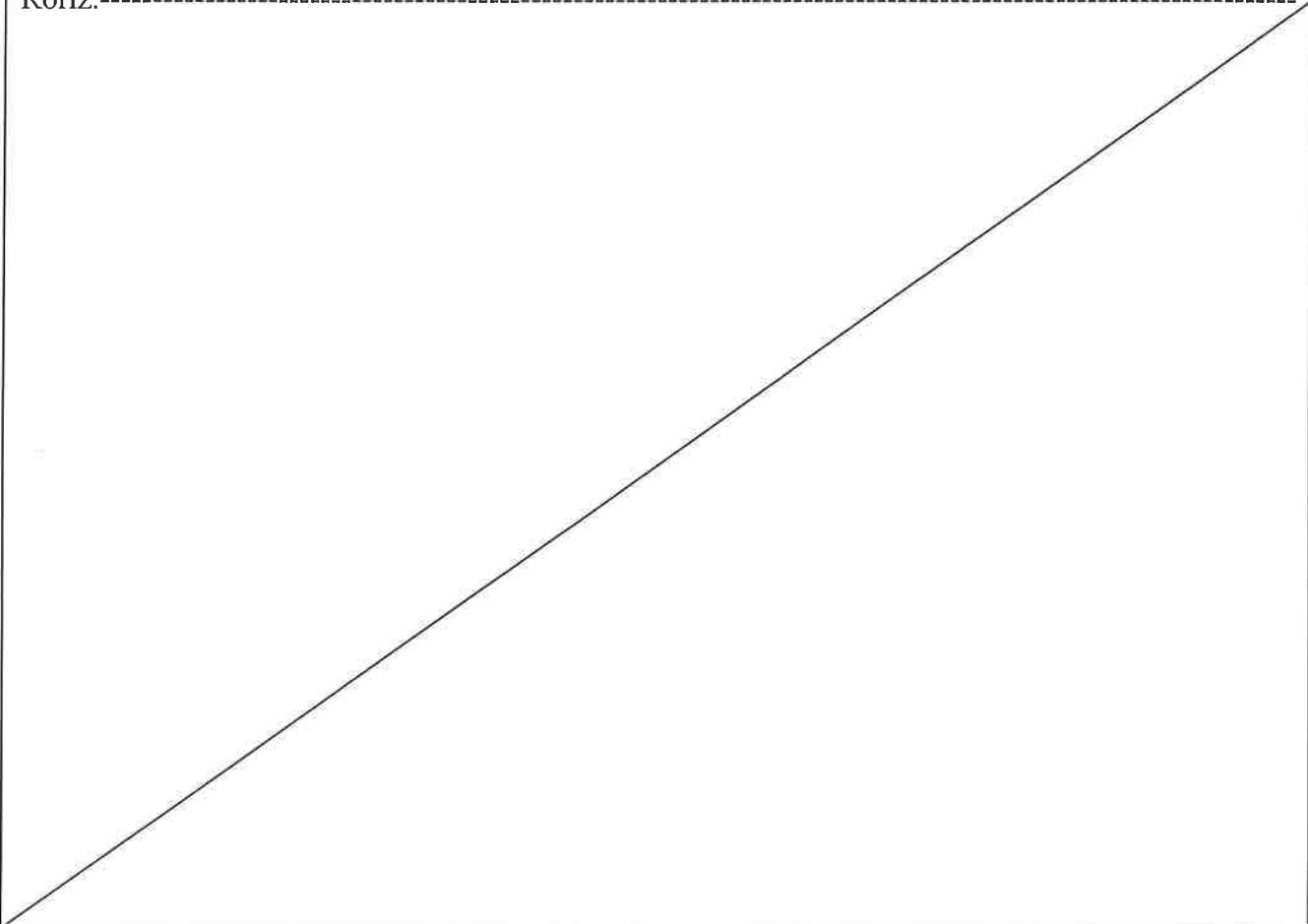


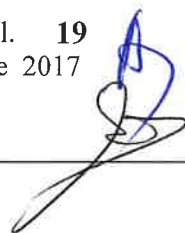
A assunção de compromissos plurianuais com a execução deste protocolo está autorizada pela assembleia municipal, pela autorização genérica constante da deliberação daquele órgão de vinte nove de novembro último, que aprovou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 31º das Normas de execução Orçamental, que integram aquele instrumento previsional.-----

A senhora vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de celebração do aludido protocolo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Neste momento compareceu na reunião a senhora vereadora Doutora Mafalda Sofia Roriz.-----





9. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ARTEMAVE - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DAS ARTES E MÚSICA DO VALE DO AVE, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO “FIRST SCENES”.-----

Presente informação da Divisão de Património e Museus, de seis do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil duzentos e sessenta e cinco, a propor que o município de Santo Tirso, no âmbito da 2ª edição do evento denominado “First Scenes”, no qual participaram jovens estudantes de música dos municípios de Santo Tirso, Clichy, Celanova, Macon e Saint-Péray, celebre um Protocolo de Cooperação com a ARTEMAVE - Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave, nos termos da minuta de Protocolo anexa à aludida informação, da qual se juntará cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo VII da mesma, constituído por cinco folhas.-----

Da celebração do aludido Protocolo resulta uma despesa para o município no montante de 10.180,00 € (dez mil cento e oitenta euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1811/2017.-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2522/2017, de nove do corrente mês de junho.-----

A senhora vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar um Protocolo de Cooperação com a ARTEMAVE - Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave, para a realização do referido evento, nos termos da minuta anexa.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE VILA NOVA DO CAMPO - “FESTAS DA VILA / 2017”.-----

Presente ofício de dezassete de maio findo, da junta de freguesia de Vila Nova do Campo, registado com o número doze mil duzentos e quarenta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 20º aniversário da elevação da freguesia à categoria de Vila, que se realizarão nos dias quinze a vinte do corrente mês de junho.-----

A senhora vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à freguesia de Vila Nova do Campo, no montante de 3.050,00 € (três mil e cinquenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º1670/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2499/2017, de sete do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – “FESTA DO SENHOR”.-----

Presente ofício de treze de março último, registado com o número sete mil e dois, da Irmandade do Santíssimo Sacramento – S. Tomé de Negrelos, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santíssimo Sacramento, também conhecida pela “Festa do Senhor”, que se realiza no dia dezoito do corrente mês de junho.-----

Do expediente consta informação do Departamento de Cultura, de vinte e sete de março último, registada com o número dois mil oitocentos e vinte e dois, a propor a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

Pela senhora vice-presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:---

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas do concelho, incluindo as de cariz religioso, são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que aqui se deslocam por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros) à Paróquia de S. Tomé de Negrelos para ajudar a custear as despesas com a “Festa do Senhor”.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1735/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de

Reunião : ORDINÁRIA



contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2478/2017, de cinco do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO AVENSE – AA 78.-----

Presente ofício de dois de maio findo, da Associação Averse – AA 78, registado com o número doze mil seiscientos e oitenta e dois, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número cinco mil duzentos e setenta e seis, de seis do corrente mês de junho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pela senhora vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação Averse – AA78 tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada pelo município ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia seis do corrente mês de junho, cuja informação assim obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município, nomeadamente o evento designado “Aves Beach Volley / 2017”;-----

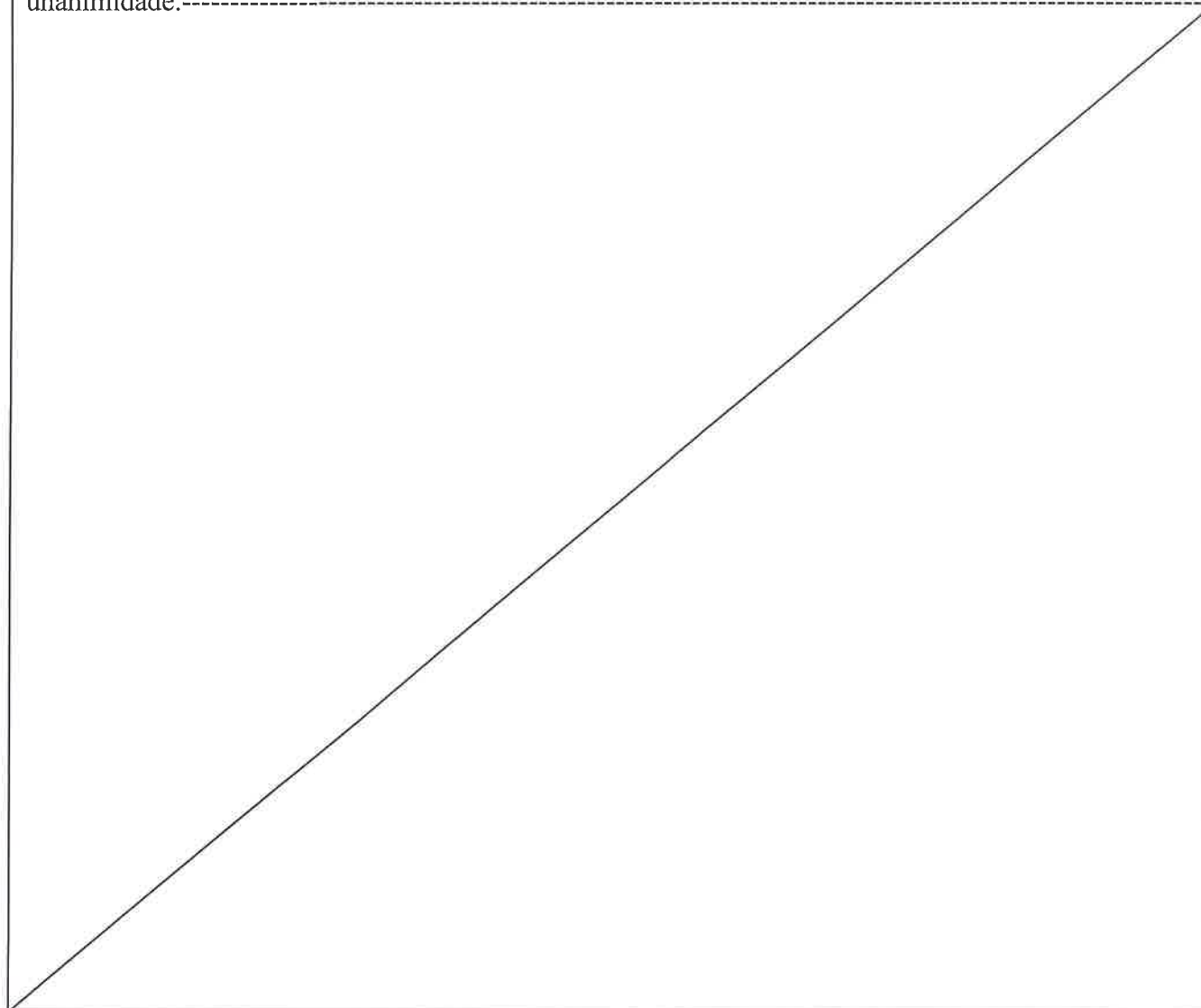
Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 11.000,00 € (onze mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por nove folhas, rubricado pela vice-presidente e por quem secretariou esta reunião.-----



O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1846/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2525/2017, de nove do corrente mês de junho.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----





13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A FEDERAÇÃO NACIONAL DE FUTEVÓLEI – PORTUGAL.-----

Presente informação de doze de maio findo, da divisão de desporto, registada com o número quatro mil duzentos e noventa e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pela senhora vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Federação Nacional de Futevólei – Portugal tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia dezasseis de maio findo, cuja informação assim obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Albufeira, no dia cinco de maio findo, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 6.700,00 € (seis mil e setecentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, composto por dezassete folhas.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1529/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2321/2017, de dezanove de

Reunião : ORDINÁRIA

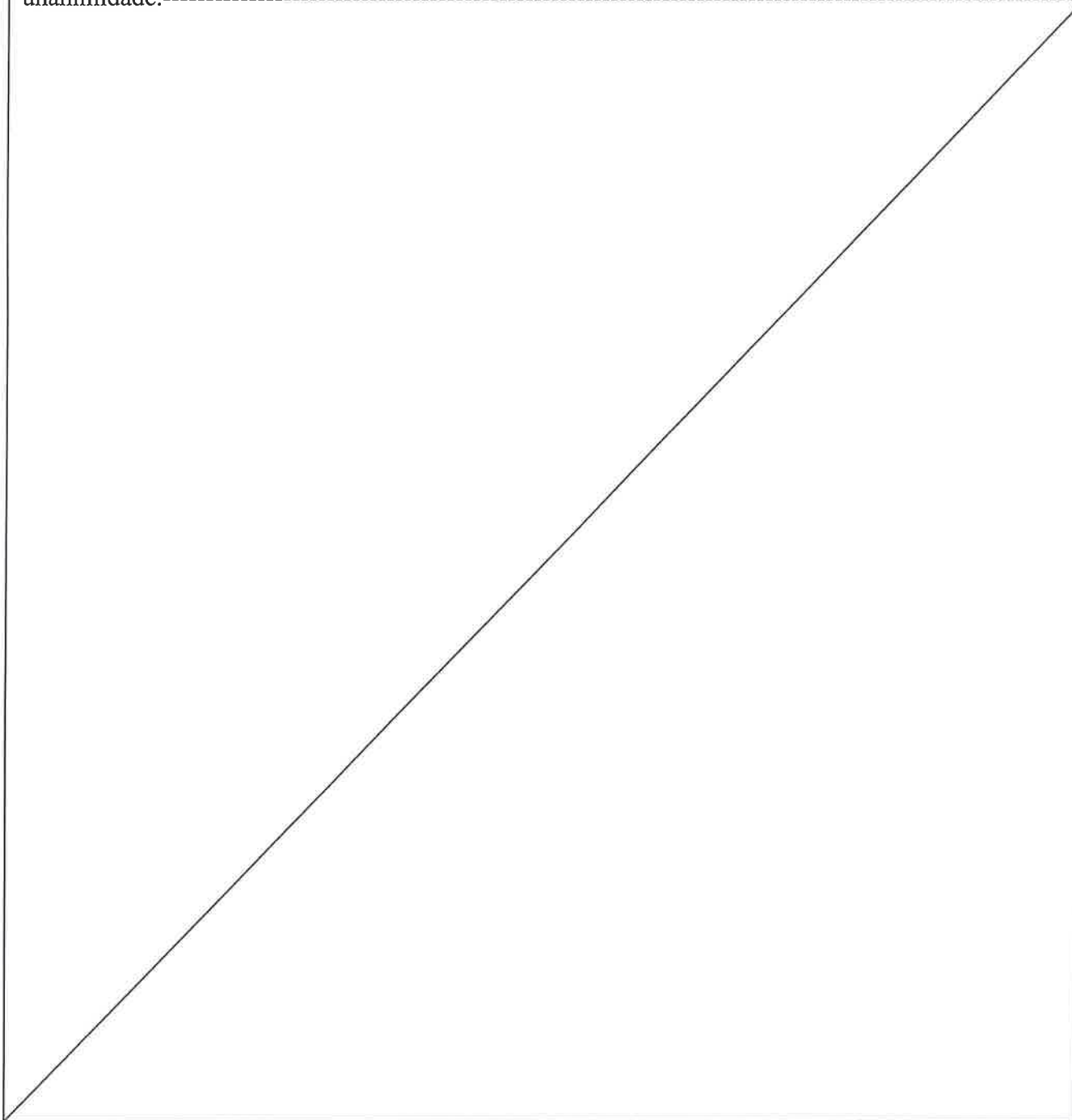


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 12 Fl. 26
14 de junho de 2017

maio findo.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----





14. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DE PESCA DE RORIZ: RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 20/04/2017 E DA MINUTA DE CONTRATO ANEXA.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de dez de maio findo, registada com o número quatro mil duzentos e dez, a comunicar que se mostra necessário retificar a deliberação de vinte de abril último (item dezoito da respetiva ata) e minuta de contrato – programa de desenvolvimento desportivo anexa, pelas razões nela referidas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse retificar a minuta de contrato-programa a celebrar com o Clube de Pesca de Roriz, aprovada pela aludida deliberação da câmara municipal de vinte de abril último, que é substituída pela minuta de contrato que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma, composto por nove folhas, que fica rubricado pela vice-presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A despesa com a celebração do respetivo contrato-programa será satisfeita pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 040701, e 080701, nas quais tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1614/2017, de vinte e três de maio findo.-----

O compromisso inerente à comparticipação financeira a atribuir pelo município está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2338/2017, da mesma data.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e quarenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem vinte e oito folhas, e dez documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexo II, relativo ao item três; anexo III, relativo ao item cinco; anexo IV, relativo ao item seis; anexo V, relativo ao item sete; anexo VI, relativo ao item oito; anexo VII, relativo nove; anexo VIII, relativo ao item doze; anexo IX, relativo ao item treze, e anexo X, relativo ao item catorze), apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 29 / 06 / 2017 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas nove da respetiva minuta).-----

A Secretária,